

Orçamento deve ter novo bloqueio neste mês, afirma secretário

Rio de Janeiro - O secretário da Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, disse nesta quinta (9) que o governo deve anunciar novo contingenciamento de recursos do Orçamento ainda neste mês.

Segundo ele, a revisão é necessária devido ao fraco desempenho da economia, que tem como resultado menor arrecadação. O bloqueio deve ser feito no relatório bimestral sobre receitas e despesas do dia 22.

"As previsões para o PIB têm tido redução, e isso impacta nas receitas", disse Rodrigues Júnior, em entrevista depois da abertura do 31º Fórum Nacional, no Rio de Janeiro.

"Nesse sentido, e já tendo

cálculos internos, é natural que haja redução [das despesas]."

Ele não adiantou o valor que será bloqueado. No relatório do dia 22 de março, o Ministério da Economia já contingenciou R\$ 29,8 bilhões, medida que gerou protestos ao afetar os recursos da educação — com bloqueios de gastos desde o ensino básico a bolsas de pesquisa.

O secretário disse que a decisão sobre onde serão feitos os bloqueios é feita após consulta ao conselho de ministros.

Ele frisou que o governo estuda medidas para fomentar a atividade econômica no curto prazo, como a liberação de recursos do PIS-Pasep para incentivar o consumo. NP

Previsão de PIB menor faz governo admitir novo corte no Orçamento

Ainda não há valor definido para a nova tesourada; em março foi anunciado um bloqueio de R\$ 30 bi

BRASÍLIA E RIO

A revisão nas projeções de crescimento do País acendeu alerta na equipe econômica e deve resultar em novo corte no Orçamento deste ano, admitiu o secretário especial da Fazenda, Waldery Rodrigues Junior. A nova estimativa do governo para a alta no PIB este ano deve ficar entre 1,5% e 2%, segundo apurou o Estadão/Broadcast, o que resultará na redução da previsão de receitas para a União.

O governo já tinha anunciado em março o bloqueio de quase R\$ 30 bilhões de um total de R\$ 129 bilhões em despesas não obrigatórias, que podem ser destinadas para investimentos e custeio da máquina pública. Os ministérios calculavam que teriam dificuldades para tocar suas atividades a partir de agosto. Agora, podem se ver sem recursos até antes disso.

Ainda não há valor fechado para o novo corte, já que a equipe

ainda se debruça sobre os números e as novas projeções macroeconômicas. O valor será anunciado em 22 de maio. Mas, para uma fonte da área econômica, o País caminha para testar um "shutdown" na máquina pública. O apagão deste ano pode ser até pior que o verificado em meados de 2017, quando houve impacto sobre emissão de passaportes e ameaça ao funcionamento de agências do INSS e às operações da Polícia Rodoviária Federal.

Somente com o bloqueio anunciado em março, universidades federais, bolsas de pesquisa, funcionamento de museus e pagamentos do Minha Casa Minha Vida já sofreram as consequências da restrição fiscal. Faltam recursos para realização do Censo Demográfico 2020, que precisará ser mais enxuto.

Margens. Em governos anteriores, houve cortes até maiores em valores absolutos, mas a margem para as despesas com custeio e investimentos também era mais ampla. Com o crescimento acelerado de despesas obrigatórias como benefícios do INSS e salários de servidores

públicos nos últimos anos, a equipe econômica tem tido um espaço cada vez menor para acomodar as demais despesas. Por isso, qualquer recurso a menos agora pode afetar o funcionamento da máquina pública.

Técnicos tentam identificar receitas extraordinárias que possam amenizar o quadro, mas, no curto prazo, há pouca margem de manobra. Hoje a projeção do governo para o crescimento do PIB está em 2,2%, mas o mercado já espera um crescimento bem mais tímido, de 1,49%, segundo o último Boletim Focus. É por isso que agora a área econômica deve rever a sua estimativa.

O preço do petróleo melhorou, o que eleva a receita com royalties e pode ajudar na reavaliação das receitas. Esse alívio, no entanto, não deve evitar a nova tesourada. O governo espera contar com ao menos R\$ 12 bilhões da privatização da Eletrobrás e com as receitas do megaleilão de petróleo do pré-sal. Mas depende de uma sinalização de outros órgãos para incluir no Orçamento. / IDIANA TOMAZELLI e VINICIUS NEDER.